

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2019

AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE  
NÃO COMBATENTES

Rio de Janeiro

2019

C-EMOS 2019

AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE  
NÃO COMBATENTES

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval  
como requisito parcial para a conclusão do Curso de  
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: C-CEMOS 2019

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## RESUMO

A dinâmica geopolítica contemporânea tem apresentado cada vez mais cenários de instabilidade política e favorecido o aparecimento de novas ameaças à segurança trazidas por atores não estatais. A mesma dinâmica globalizada traz grande incentivo para que cada vez mais cidadãos deixem seus Estados de origem e passem a viver, permanente ou temporariamente, em outras regiões. Em um mundo politicamente instável, muitas vezes esses cidadãos estrangeiros acabam em situações de risco, surgindo a necessidade de que sejam retirados desses locais para um local seguro. O presente estudo propõe-se a examinar, a partir da análise da estabilidade do entorno estratégico brasileiro e dos exemplos de Operações de Evacuação de Não Combatentes já realizadas, como as Forças de Operações Especiais contribuem para o êxito de tais operações de não guerra. Para tanto, foi comparada a teoria das Operações de Evacuação de Não Combatentes com a teoria das Operações Especiais, verificando-se os pontos em que uma adere a outra. O resultado da pesquisa traz que dadas as características da Forças de Operações Especiais, estas podem de maneira significativa contribuir para o êxito das evacuações. O trabalho conclui ainda que a coleta de dados, os reconhecimentos e os planos de emergência de embaixadas, quando feitos com antecedência, garantem prontidão para o caso da necessidade de lançamento de Operações de Evacuação de Não Combatentes.

**Palavras-chave:** Entorno Estratégico. Projeção Anfíbia. Operação de Evacuação de Não Combatentes. Forças de Operações Especiais.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 AS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES .....</b>	<b>6</b>
2.1 ESTABILIDADE DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO .....	6
2.1.1 América do Sul .....	8
2.1.2 Costa ocidental africana .....	9
2.1.3 Atlântico Sul .....	11
2.2 PROJEÇÃO ANFÍBIA .....	12
2.3 CONCEITOS DAS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES.....	13
<b>3 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS .....</b>	<b>17</b>
3.1 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NA MARINHA DO BRASIL .....	18
3.2 PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS .....	21
3.2.1 Simplicidade .....	21
3.2.1 Segurança .....	21
3.2.3 Surpresa .....	22
3.2.4 Rapidez .....	22
3.2.5 Propósito .....	22
3.2.6 Repetição .....	22
3.3 A TEORIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE MCRAVEN .....	23
3.4 EMPREGO REAL DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	25
3.4.1 Serra Leoa, 1997 .....	26
3.4.2 Congo, 1997 .....	27
3.4.3 Guiné-Bissau, 1998 .....	27
3.4.4 Costa do Marfim, 2004 .....	28
<b>4 SOBREPOSIÇÃO DAS TEORIAS .....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No mundo atual, além de instabilidades políticas internas, cresce a atuação de diversos atores não estatais que influenciam a estabilidade dos Estados soberanos. As ameaças do mundo contemporâneo, como o terrorismo, a pirataria e os crimes transfronteiriços, junto a questões que perduram, como contendas étnico-religiosas, a luta por territórios e governos ditatoriais, trazem instabilidade e insegurança, e esse cenário põe em risco a vida de não combatentes que estejam nessas regiões.

É exatamente essa ameaça à integridade dos não combatentes que levou os Estados a tratarem as Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) com cada vez mais relevância. É nesse contexto de necessidade de retirar aqueles que não tomam parte beligerante nos conflitos, com a consideração das ameaças assimétricas, que surgem as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) como uma ferramenta importante nas operações de não guerra com emprego limitado da força.

Para o Estado brasileiro, com sua maior projeção no Sistema Internacional em virtude de seu recente crescimento econômico e sua atuação nos organismos internacionais, estar apto a realizar as Operações de Evacuação de Não Combatentes é um ponto importante. Importância que se torna ainda maior se for considerado o chamado entorno estratégico definido na Política Nacional de Defesa, a saber: a América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África, áreas consideradas pelo Brasil como de maior interesse.

Com a intenção de aumentar o entendimento sobre a estabilidade do entorno estratégico brasileiro e as consequentes possibilidades de execução de Operações de Evacuação de Não Combatentes, e nesse contexto, promover uma reflexão sobre a contribuição vantajosa das Forças de Operações Especiais em tais operações, este trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: Considerando a doutrina da Marinha do Brasil e a Teoria das

Operações Especiais (OpEsp) de McRaven, podem as Forças de Operações Especiais contribuir de maneira significativa para as Operações de Evacuação de Não Combatentes?

Para o atingimento do propósito estabelecido, o trabalho foi organizado em cinco capítulos. No capítulo posterior à Introdução serão apresentados os conceitos relacionados às Operações de Evacuação de Não Combatentes, destacando o crescimento de sua importância decorrente do aumento da exposição da participação brasileira no cenário econômico e geopolítico mundial, com enfoque em seu entorno estratégico; e uma breve explicação de como tais operações são enquadradas na modalidade de Operação Anfíbia (OpAnf) conhecida como Projeção Anfíbia. No capítulo seguinte serão expostos aspectos das Operações Especiais, principalmente os pontos específicos que as diferenciam das operações ditas convencionais, de acordo com a doutrina da MB e a Teoria das Operações Especiais, apresentando casos reais do emprego de Forças de Operações Especiais nas Operações de Evacuação de Não Combatentes. No quarto capítulo, serão apresentadas interseções entre esses dois tipos de operações, com o apontamento para as oportunidades de emprego de OpEsp em tais operações de não guerra com uso limitado da força. Finalmente, no último capítulo, serão expostas as conclusões, destacando a relevância que o assunto possui a partir das presenças cada vez mais comuns das chamadas novas ameaças.

É esperado que pelo entendimento das possibilidades e limitações ao emprego e as lições apreendidas dos casos reais apresentados, as Forças de Operações Especiais poderão estar em condições futuras de melhor preparo e apoio às Operações de Evacuação de Não Combatentes.

## **2. AS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES**

O presente capítulo tem por finalidade apresentar ao leitor uma visão do cenário geopolítico e a conseqüente relevância das Operações de Evacuação de Não Combatentes, com ênfase, para a delimitação do estudo, no entorno estratégico brasileiro definido pela Política Nacional de Defesa.

Além disso, serão abordados aspectos sobre a Projeção Anfíbia, modalidade de Operação Anfíbia na qual estão enquadradas as Operações de Evacuação de Não Combatentes pela Doutrina Militar Naval; e aspectos sobre as OpENC em si.

### **2.1 Estabilidade do Entorno Estratégico Brasileiro**

Com o crescimento econômico do Brasil e a expansão de seus interesses políticos, há um crescimento no número de turistas, empresas, representações e organizações, gerando, em conseqüência, um aumento de cidadãos brasileiros em terras estrangeiras. Em algumas dessas terras, a integridade de tais cidadãos pode estar sob ameaça em virtude da degradação da situação de segurança ocasionada por diversos fatores, dentre os quais: instabilidade política, situação de calamidade por desastres naturais etc. Com o agravamento desse cenário, pode ser que se faça necessária a retirada de tais cidadãos do local em que estejam. Assim, após criteriosa avaliação do chefe da missão diplomática brasileira no exterior, essa retirada poderá ser solicitada ao nível político no Brasil. Para as situações em que a evacuação dos nacionais não for possível por meios de transporte convencionais, poderá ser empregado o Poder Militar para prover as condições de segurança necessárias o suficiente para a saída daqueles de interesse do governo brasileiro da região (SILVA, 2013).

Dessa forma, ao Poder Militar poderá ser atribuída uma Operação de Evacuação de Não Combatentes para salvaguardar os interesses nacionais no estrangeiro, retirando as pessoas de interesse do Brasil de regiões nas quais elas estejam sob ameaça. Segundo Lage (2014), em virtude das características do Poder Naval (versatilidade, flexibilidade, mobilidade e permanência), mesmo que as demais Forças Singulares sejam capazes de executar este tipo de operação, acredita-se que a Marinha do Brasil (MB) seja a Força mais vocacionada para tal. O Conjugado Anfíbio<sup>1</sup> seria a personificação dessa vocação.

Nesse contexto, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), a MB inicia o tratamento do assunto pelo seu documento titulado Doutrina Militar Naval (EMA 305), que tem como propósito o estabelecimento dos princípios, dos conceitos, dos métodos de emprego em combate ou em outras participações não relacionadas à atividade-fim, visando orientar o planejamento, o preparo e a aplicação do Poder Naval brasileiro. Tal documento estabelece como missão da Força o preparo e o emprego do Poder Naval, a fim de contribuir para: a defesa da Pátria; a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e o apoio à política externa. Ainda com base nesse documento, é sobretudo na tarefa de contribuir para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem que podem ser enquadradas as Operações de Evacuação de Não Combatentes, uma das atividades de emprego limitado da força (BRASIL, 2017a).

Da Política Nacional de Defesa entende-se que, sem a desconsideração da esfera global, os interesses prioritários do Estado no que tange às Relações Internacionais, devem estar voltados para uma região de maior relevância chamada de entorno estratégico, que engloba a América do Sul, a costa ocidental africana e o Atlântico Sul. Em acréscimo, por tradição nas

---

<sup>1</sup> Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados (BRASIL, 2017a).



relações, América do Norte e Europa seriam áreas de interesse, e por laços histórico-culturais, o países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) são objetos de atenção especial no que diz respeito à cooperação na área de Defesa. Importância também deve ser dada à região do Mar do Caribe (BRASIL, 2012).

Para fins de delimitação da abrangência do trabalho, será analisada a seguir a área do entorno estratégico, apresentando sua importância para o Estado brasileiro e o grau de estabilidade de seus Estados componentes no que concerne à possibilidade de execução de uma OpENC.

### 2.1.1 América do Sul

Segundo Lage (2014), em termos de estabilidade ligada a conflitos armados interestatais, pode-se dizer que a América do Sul é uma região estável nesse aspecto. Além disso, o continente é livre da presença de armamento nuclear.

Nesse sentido, com o objetivo de cooperação nos assuntos de defesa e manutenção da estabilidade regional, dentre outros, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano<sup>2</sup>, o que acentuou um sentimento de “comunidade de segurança” na região. A iniciativa de criação do referido órgão foi facilitada pela similaridade que os Estados da América do Sul possuem no que diz respeito a desafios políticos, sociais e econômicos; destacando-se a necessidade de diminuição dos crimes transfronteiriços, o que influencia positivamente a integração continental e fortalece a estabilidade da região, gerando a solidez necessária para afastar a

---

<sup>2</sup> Instituído em dezembro de 2008 por decisão dos 12 países que integram a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

interferência externa na solução de contendas regionais e aumentando o poder de barganha em negociações nos fóruns internacionais (BRASIL, 2012).

Entretanto, apesar do esforço diplomático para aumentar a coesão entre os Estados do continente, ainda há pendências territoriais que, mesmo com probabilidade baixa, podem evoluir para crises interestatais que colocariam em risco a segurança de cidadãos não nacionais de tais Estados, chegando ao ponto da necessidade de realização de uma OpENC.

Além das disputas territoriais no continente, a Venezuela também traz instabilidade à região, principalmente por sua postura de oposição política radical aos Estados Unidos da América e reforçada por sua aproximação de Cuba, tendo inclusive saído formalmente do Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por considerar que o referido sistema envidada esforços para interferir em sua soberania. Além disso, a Venezuela atravessa grave crise humanitária, gerando um grande fluxo de refugiados para os Estados fronteiriços, dentre eles o Brasil (LAGE 2014).

A Colômbia, mesmo com a questão dos conflitos envolvendo suas forças de segurança estatais, os paramilitares e a guerrilha, tem avançado nas negociações de paz entre tais partidos, o que vem trazendo mais estabilidade (EUA, 2014).

Face ao exposto, destaque foi dado aos dois Estados tidos com a situação de segurança mais perigosa no cenário sul-americano, entretanto a Venezuela pode ser considerada o mais instável da região e que apresenta maior probabilidade de ocorrência de ameaça à integridade física aos brasileiros que lá estejam.

### 2.1.2 Costa ocidental africana

A costa ocidental africana possui posicionamento geográfico importante em relação ao Atlântico Sul. No campo militar naval, o Brasil vem buscando aumentar sua influência na

região, mantendo cooperação com alguns Estados como Namíbia e São Tomé e Príncipe. Além da presença dos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Os Estados Falidos<sup>3</sup> presentes na região podem gerar desestabilização e colocar em risco a integridade de brasileiros lá localizados. Trata-se de uma região caracterizada por inúmeros conflitos influenciados pela combinação de baixos níveis sociais e econômicos, governos ditatoriais, guerrilhas, disputas étnicas e mais ingredientes. (FRANCISCO, 2014).

De acordo com Lage (2014), os Estados citados abaixo seriam os que apresentam mais instabilidade política, econômica e social. Conseqüentemente, seriam os palcos mais prováveis para o uma OpENC.

A Nigéria, ainda que seja a segunda maior economia e o país mais populoso da África, apresenta acentuada instabilidade política principalmente por conta de suas altas taxas de corrupção e pobreza, aliadas à atuação de grupos terroristas como o *Boko Haram*<sup>4</sup> e de piratas no Golfo da Guiné.

Em que pese uma relativa melhora política após seu primeiro-ministro ter sido afastado por golpe, a Guiné-Bissau ainda convive com níveis muito altos de violência em diversos locais do país.

Um outro país bastante instável é a Costa do Marfim, palco de guerras civis e de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) terminada recentemente.

---

<sup>3</sup> Estado falido, Estado falhado ou Estado fracassado são termos políticos que designam um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judiciário ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de fato parte ou todo o território (PENA, 2014).

<sup>4</sup> Organização fundamentalista islâmica, de métodos terroristas, que busca a imposição da Xaria no norte da Nigéria mas que já avança sua Área de Operações por outros países africanos, como Camarões, Chade e Níger.

Serra Leoa, que esteve em guerra civil até 2002, recebeu uma missão de paz da ONU em seu território e enfrentou epidemia de ebola, é também parte dessa lista de países instáveis na costa ocidental africana.

Nem mesmo já ter sido o maior PIB do continente africano ajudou Guiné Equatorial a deixar de ter um dos piores índices de desrespeito aos Direitos Humanos do mundo.

São Tomé e Príncipe também é um país cujas taxas de pobreza são bastante elevadas e com uma situação política bastante conturbada, agravada pelo desenrolar dos fatos após o apresamento, em 2013, de dois navios petroleiros na região, o que gerou insegurança.

Guiné é outro país de risco considerável, tendo passado por golpes de estado e epidemia de ebola.

A Libéria, além dos problemas em comum com os países anteriormente citados, já foi considerada o país mais corrupto do mundo.

Pelo exposto, é possível a percepção de que essa região do entorno estratégico brasileiro é bastante instável, e pode ser palco de crises e conflitos que afetem os interesses do Brasil e demandem a evacuação de brasileiros. Alguns desses países já foram hospedeiros de OpENC, como por exemplo: Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim e Guiné Bissau, como será exposto no decorrer do trabalho.

### 2.1.3 Atlântico Sul

Segundo Sousa (2014), em virtude do que foi apresentado em termos de instabilidade, o Brasil tem procurado participar de ações para mitigar as ocorrências ilegais e aumentar a segurança nessa parte importante de nosso entorno estratégico. Com essa finalidade da cooperação, ele afirma que a ZOPACAS, criada em 1986 pela ONU por iniciativa brasileira,

possibilita a cooperação entre seus membros para o desenvolvimento e a manutenção de um ambiente pacífico na região.

Na visão do antigo Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, deve haver um esforço conjunto para que o Oceano Atlântico seja uma zona pacífica e cooperativa, com ausência de armamento nuclear e rivalidades regionais. Disse ainda em um momento posterior, que caso nos abstenhamos de nossas responsabilidades regionais em comum, países de outros continentes podem querer interferir localmente, o que pode prejudicar nossos interesses enquanto Estados pacíficos e em desenvolvimento (AMORIM, 2014).

## **2.2 Projeção Anfíbia**

Com necessidade de flexibilização do conceito de OpAnf, tirando-o do lugar exclusivo de ferramenta de combate e colocando-o também como uma alternativa menos agressiva, a fim de projetar poder em regiões de crises ou potencialmente hostis e permissivas, foi acrescentada a Projeção Anfíbia às modalidades de OpAnf (FERREIRA, 2014).

A Doutrina Militar Naval (2017) estabelece ser na Projeção Anfíbia que estão inseridas as Operações de Evacuação de Não Combatentes. Em acréscimo, segundo, Arruda (2015), devido às instabilidades políticas, sociais e econômicas, principalmente nos Estados Falidos, a quantidade de conflitos tem aumentado, o que elevaria a chance de necessidade de uma OpENC. Ele ainda afirma que o Conjugado Anfíbio, por sua natureza expedicionária, aliada às características do Poder Naval: mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência; seria o principal vetor para a projeção de poder, uma das tarefas básicas do mesmo Poder, necessária à evacuação das pessoas de interesse ao Brasil, o que de acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores em 2019, seriam mais de três milhões de brasileiros residindo fora do país, com aproximadamente cento e sessenta representações diplomáticas

entre embaixadas e consulados. (BRASIL, 2019) E especificamente no entorno estratégico do Estado brasileiro, devida à expansão da quantidade de empresas brasileiras no exterior, o número desses residentes cresceu bastante.

Ainda sobre a Projeção Anfíbia como ferramenta mais apropriada para a Evacuação de Não Combatentes:

A utilização do conjugado anfíbio apresenta-se como uma excelente solução. Suas características (mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade) e sua capacidade expedicionária – que permite o “emprego tempestivo de força autossustentável, para cumprir missão por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base – tornam esse conjugado anfíbio naturalmente apto para a realização das referidas ações. Estas operações foram recentemente inseridas no contexto das operações anfíbias, surgindo, assim, um novo tipo, classificado pelo USMC como *engagement*, o qual, por impossibilidade de uma tradução adequada, foi denominado, pela MB, como Projeção Anfíbia. Esta utiliza as capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio, mencionadas anteriormente, para desembarcar meios em área de interesse a fim de cumprir tarefas no contexto das operações de guerra naval e de operações militares de não guerra. (LAGE, Rogério Ramos. *Projeção Anfíbia*. Âncoras e Fuzis, nº 42, Rio de Janeiro, Ano X, p 15, 2011.)

Dessa forma, a partir da necessidade de realização de atividades benignas<sup>5</sup> e de uso limitado da força<sup>6</sup>, a Projeção Anfíbia passou a ser a modalidade de OpAnf a ser considerada para, dentre outras operações, projetar poder em Operações de Paz<sup>7</sup> (OpPaz), Operações Humanitárias<sup>8</sup> (OpHum) e OpENC.

### 2.3 Conceitos das Operações de Evacuação de Não Combatentes

---

<sup>5</sup> São aquelas em que o Poder Naval atua com o propósito de contribuir com a ordem social, não sendo admitido o emprego da força (BRASIL, 2017a).

<sup>6</sup> São aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional. A força só é admitida nas situações de legítima defesa ou no nível mínimo necessário ao desempenho da função (BRASIL, 2017a).

<sup>7</sup> São a principal forma de emprego do Poder Naval em ações sob a égide de organismos internacionais. Essas operações usam meios diplomáticos, civis e militares, visando ao cumprimento de resoluções ou de acordos (BRASIL, 2017a).

<sup>8</sup> Realizadas para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano, e para prestar assistência cívico-social (BRASIL, 2017a).

O Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (CGCFN 1-11) expressa que tais operações são aquelas realizadas para evacuar não combatentes de Estados nos quais exista risco a sua segurança ou situação de calamidade. Por ser uma ação realizada em solo estrangeiro, será necessária estreita coordenação entre a MB, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), e o MRE, de modo a acordar todos os assuntos relacionados com a operação a ser realizada. Em território estrangeiro, o chefe de nossa representação diplomática no respectivo país, por ser o representante direto do governo brasileiro, será a autoridade com poder decisório (BRASIL, 2008).

A preocupação com esse tipo de operação já existe desde antes da publicação do manual supracitado, visto que no ano de 2002, já se falava da vocação do Poder Naval para a realização de OpENC em virtude de suas características de mobilidade e permanência associadas à flexibilidade conferida pelo emprego por organizações por tarefas, com destaque, nesse caso, para uma Força-Tarefa Anfíbia (ZUCCARO; SOARES, 2002).

A apresentação de alguns conceitos de emprego é necessária para que posteriormente seja possível uma identificação da forma mais apropriada para o emprego das Forças de Operações Especiais nas OpENC. Assim, com base no manual CGCFN 1-11, tem-se que a OpENC segue uma sequência de ações, a saber:

- a) estabelecimento de contatos com a missão diplomática brasileira no país hospedeiro;
- b) estabelecimento, caso necessário, de uma Base Intermediária de Apoio;
- c) posicionamento da Força-Tarefa Anfíbia na área de operações;

d) garantia e estabelecimento da(s) Área de Reunião de Evacuados e do Centro de Controle de Evacuados;

e) transporte dos evacuados das Áreas de Reunião de Evacuados para o Centro de Controle de Evacuados e, se for o caso, destes para as Áreas de Embarque;

f) retirada dos evacuados para um Local de Destino Seguro fora do país hospedeiro;

e

g) retirada da Força de Desembarque do país hospedeiro, em direção a um Local de Destino Seguro.

Ainda com base no mesmo manual, as ações são divididas em três grandes fases. Em uma primeira fase, que poderá ocorrer enquanto o planejamento ainda esteja em andamento, o Grupo Avançado é inserido no país hospedeiro, e acontece o estabelecimento de uma Base Intermediária de Apoio, principalmente para ensaios e apoio às operações aéreas. A segunda fase é iniciada após as ações de reconhecimento feitas pelo Grupo Avançado das Áreas de Reunião de Evacuados e do Centro de Controle de Evacuados, em coordenação com a missão diplomática brasileira, e com o posicionamento do corpo principal da Força-Tarefa Anfíbia na Área de Operações. A terceira e última fase é a retirada da Força, com autorização da missão diplomática, após ter sido constatado que não há mais pessoas a serem evacuadas (BRASIL, 2008).

Conclui-se então que o cenário geopolítico do entorno estratégico brasileiro apresenta, no que diz respeito à possibilidade de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes, na América do Sul um cenário relativamente estável com atenções voltadas para a Venezuela; e na costa ocidental africana um cenário com mais instabilidade, com maior possibilidade de ocorrência de tais operações. Além disso, sendo a força naval aquela com vocação para projetar poder a longas distâncias, a MB assume papel de relevância no âmbito



do MD pra a execução de tal tipo de operação, devendo, em cumprimento ao preconizado na Doutrina Militar Naval, cuidar do preparo e emprego do Poder Naval, em específico para o assunto em tela, no que diz respeito à projeção de poder.

Nas sessões seguintes serão estudadas as OpEsp para que, a partir do conhecimento de sua doutrina, seja possível posteriormente uma sobreposição entre essa e a doutrina das OpENC e as interseções entre as duas sejam apreciadas.

### 3. AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Neste capítulo serão apresentadas considerações sobre a doutrina das Operações Especiais em vigor na MB e sobre a Teoria das Operações Especiais desenvolvida por William H. McRaven<sup>9</sup>. Serão expostas também questões sobre a participação de Forças de Operações Especiais em algumas Operações de Evacuação de Não Combatentes ocorridas na história. Tais aspectos servirão para que sejam encontradas as interseções, a serem apresentadas em análise a ser feita no capítulo seguinte, entre as OpEsp e as OpENC.

Segundo Silva (2013), o Brasil detém Forças de Operações Especiais das diferentes Forças Singulares (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) com especificidades que as direcionam para determinadas vocações, mas também com possibilidades e limitações em comum. Outro ponto destacado pelo mesmo autor é a capacidade que possuem de integrarem Forças Conjuntas de Operações Especiais (FCjOpEsp), o que mitigaria as diferenças e traria flexibilidade e versatilidade para o cumprimento de uma gama maior de tipos de missão, em guerra ou não guerra, como nas Operações de Evacuação de Não Combatentes.

Ainda nesse mesmo sentido de Forças Conjuntas, as FOpEsp são capazes de realizar ajustes organizacionais estruturais para maximizar sua participação em comandos conjuntos, interagências ou combinados, com a participação de efetivos estrangeiros. Ainda, as FOpEsp são dotadas de versatilidade e flexibilidade nos níveis estratégico, operacional e tático (PINHEIRO, 2012).

No emprego das Forças de Operações Especiais em operações de não guerra, nota-se que há uma dependência das Operações Especiais quando o desejado são respostas rápidas

---

<sup>9</sup> William Harry McRaven é Almirante-de-Esquadra da reserva da Marinha dos Estados Unidos da América e dedicou sua carreira às Operações Especiais como *US Navy SEAL*. Dentre seus cargos, foi Comandante do Comando Conjunto de Operações Especiais dos Estados Unidos da América.

e pacíficas com a capacidade de prontamente empregar graus de violência caso necessário. Destaca-se para isso a adaptabilidade, a flexibilidade e a confiabilidade, atribuindo a essas tropas a posição de serem a melhor escolha para a atualidade e de força ideal para o futuro (SHELTON, 1997).

### **3.1 As Operações Especiais na Marinha do Brasil**

O Manual de Operações Especiais do Comando de Operações Navais (ComOpNav 359) as define:

As Operações Especiais são aquelas Operações de Guerra Naval realizadas por pessoal especialmente organizado, intensamente adestrado e equipado, empregando métodos e ações não convencionais, com propósitos vinculados a objetivos dos níveis político, estratégico, operacional e tático. Normalmente são operações de duração limitada, em função do reduzido efetivo empregado e da dificuldade em receber adequado apoio logístico. (ComOpNav 359, 2017, p. 1-1)

Já no que diz respeito ao pessoal de OpEsp, o mesmo manual diz serem fundamentais as condições físicas e o preparo psicológico para a condução de ações de elevada complexidade, em ambientes de alto risco e por encontrarem-se em inferioridade numérica e de poder de fogo; e que, para o atingimento de tais elevados níveis de exigência é imprescindível a manutenção constante de adestramento, e que seja evitado seu emprego em combate convencional.

Segue a publicação definindo os tipos de Operações Especiais em três: Reconhecimento, Ações Diretas e Ações Indiretas. De uma forma básica, o Reconhecimento visa obter informações sobre atividades, recursos e dados de interesse da própria Força, por meio de reconhecimento ou vigilância. O tipo seguinte, Ações Diretas, são ataques que

exploram bastante a surpresa e são realizados, de forma geral, por equipes de efetivo reduzido, que cumprem a missão e logo depois retraem e são retirados. O último tipo, Ações Indiretas, não costuma ser desenvolvido pela MB e visa, basicamente, contribuir com a consecução de objetivos políticos e estratégicos de mais longo prazo por meio de ações de influência em habitantes locais e articulações de redes de apoio.

Um outro ponto ainda de acordo com o ComOpNav 359, replicando a orientação da Doutrina Militar Naval, é o conceito de Atividades de Emprego Limitado da Força, que são aquelas em que a MB recebe poder de polícia por lei ou mandato internacional para cumprir uma determinada missão de caráter temporário. E embora possam conter elementos das Operações e Ações de Guerra Naval, essas atividades são distinguidas das atividades convencionais em que há interação com inimigos por um uso limitado da força e por efeitos desejados diferentes dos convencionais. A força seria restrita à legítima defesa, própria ou de terceiros. Em atividades dessa natureza, o emprego de Operações Especiais seria um tanto quanto restrito no que diz respeito a ações diretas, com mais emprego de ações de reconhecimento e ações indiretas.

E no que diz respeito às ações de reconhecimento, de acordo com Visacro (2009), no contexto de um ambiente instável, indicando uma crise política e de segurança em outro país, o que pode caracterizar tal ambiente como incerto ou hostil, tais ações podem compreender as seguintes tarefas: prover apoio logístico; prover apoio de saúde; coletar dados; vigiar e observar os diversos atores da crise; implementar as medidas necessárias ao plano de comunicações, comando e controle; apoiar o controle da população, prover segurança etc.

Voltando ao Manual de Operações Especiais da MB, este destaca ainda que as tropas de Operações Especiais da MB (Comandos Anfíbios e Mergulhadores de Combate) podem ser então empregadas nas seguintes Atividades de Emprego Limitado da Força: Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de Garantia dos Poderes Constitucionais, Ações

contra Crimes Transfronteiriços e Ambientais, Patrulha Naval, Cooperação com Órgãos Federais, Operações de Retomada e Resgate, Segurança de Instalações Navais, Operações de Paz, Segurança das Representações Diplomáticas e Operação de Evacuação de Não Combatentes, objeto de estudo do presente trabalho.

Seguindo com a mesma fonte, as referidas tropas de Operações Especiais podem ser empregadas em ambientes permissivos ou hostis, podendo realizar ações de reconhecimento das Áreas de Reunião de Evacuados, dos Centros de Controle de Evacuados, de itinerários e outros. Podem ainda, embora com restrição, empregar ações diretas para prover segurança dos evacuados ou de outras forças envolvidas na operação. Importante ressaltar que no caso de ambiente hostil, reféns podem ser feitos por forças adversas e ações de resgate podem ser demandadas (BRASIL, 2017).

Já sobre o momento mais apropriado para o desdobramento das FOpEsp no terreno, Findlay (2001) atesta que em tempo anterior à eclosão do conflito, as tropas já podem estar desdobradas para contribuir para a solução da crise. Ainda no contexto do papel das FOpEsp antes da eclosão do conflito, Jones e Rehom (2004) destacam que tais tropas desencadeiam atividades pré-crise como reconhecimento da Área de Operações integrando o Grupo Avançado e tomando as providências necessárias para a posterior chegada da operação de evacuação propriamente dita.

E em complemento às possibilidades das FOpEsp, Pinheiro (2012) diz que as Forças de Operações Especiais devem estar prontas para, de maneira rápida, organizarem-se por tarefas e realizarem suas operações com máxima discricção, sendo infiltradas em regiões hostis para manter vigilância, realizar avaliações, reportar alterações, operar com as forças, as autoridades e a população locais. O mesmo autor prossegue dizendo que as técnicas e táticas das tropas especiais trazem a possibilidade de uma resposta militar bastante adaptável às crises, tendo como base um uso da força detalhado, preciso e pontualmente localizado.

### **3.2 Princípios das Operações Especiais**

Para um melhor entendimento dessas operações, é interessante a compreensão dos princípios que a norteiam. Nesse ponto, a própria doutrina em voga na MB faz referência à teoria desenvolvida por McRaven, a ser apresentada no tópico subsequente. Tal teoria atesta a partir de estudos de casos, que seis princípios, derivados dos princípios de guerra convencionais, devem basear as missões de OpEsp para que elas sejam cumpridas com resultados positivos, são eles, segundo McRaven (1995): simplicidade, segurança, surpresa, rapidez, propósito e repetição.

#### **3.2.1 Simplicidade**

Dada a complexidade das OpEsp e seu grau de detalhamento, talvez esse seja o princípio de maior dificuldade para observação. Para mitigar essa dificuldade, tenta-se limitar o número de objetivos, fornecer o máximo possível de informações pertinentes e utilizar criatividade no planejamento.

#### **3.2.2 Segurança**

Este princípio está bastante ligado ao sigilo da operação e segurança das informações, além do grau de preparo das forças envolvidas para que sejam evitados danos colaterais e baixas não aceitáveis. Especial atenção deve ser dada para a negação de informes à força adversa para que a obtenção de vantagem pelo inimigo não reduza a possibilidade de rapidez nas ações.

### 3.2.3 Surpresa

Deve ser buscada a todo custo, para diminuir o tempo de reação da força adversa, para isso, a identificação e exploração dos pontos fracos inimigos e ações de despistamento são bastante utilizadas.

### 3.2.4 Rapidez

É fundamental para o êxito das OpEsp que suas ações sejam rápidas o suficiente para que não sofram interferência da reação inimiga. Para contribuir com a observação desse princípio, os elementos de OpEsp geralmente são agrupados em pequenos efetivos e com armamento leve.

### 3.2.5 Propósito

Visa a manutenção do foco no cumprimento da missão independente do surgimento de novas oportunidades para aproveitamento do êxito ou adversidades. Muitas vezes uma missão de OpEsp precede uma campanha maior que depende de seu sucesso.

### 3.2.6 Repetição

Princípio bastante ligado a adestramentos e ensaios na tentativa de aperfeiçoar o sincronismo e técnicas das ações, sobretudo melhorar a performance das reações sob condições adversas inesperadas.

### 3.3 A Teoria das Operações Especiais de McRaven

A presente sessão estudará a teoria desenvolvida por McRaven para as OpEsp, entretanto, antes da abordagem dos conceitos em si, cabe mencionar o que caracteriza uma teoria eficaz. Paret (1992) afirma que uma teoria deve conseguir uma relação entre passado e presente, deve ser duradoura por gerações e resistir a mudanças filosóficas e tecnológicas do ambiente militar, e simultaneamente ter suficiente flexibilidade e potencial para continuar a se desenvolver. Dessa forma, ainda de acordo com a mesma fonte, Paret (1992), o estudioso da guerra, usando sua experiência e conhecimentos, terá capacidade de realizar uma análise apurada e um juízo de valor sobre o futuro da guerra, o que capacita McRaven, experiente operador especial, a analisar essas operações e a deixar um legado para o futuro.

A Teoria das Operações Especiais atende a esses critérios, tendo sido desenvolvida a partir de estudos de casos de Operações Especiais reais ocorridas no passado e tidas como casos expoentes no assunto, executadas por Forças de Operações Especiais de diferentes países em diferentes períodos da história, a saber: o ataque alemão a *Eben Emael*, na Bélgica (1940); o ataque dos Comandos italianos em Alexandria, no Egito (1941); a Operação *Chariot* em *Saint-Nazaire*, na França, pelos britânicos (1942); a Operação Carvalho para resgatar Benito Mussolini, na Itália (1943); o resgate de Prisioneiros de Guerra pelos estadunidenses em *Cabanatuan*, Filipinas (1945), e em *Son Tay*, no Vietnã (1970); e a Operação Jonathan pelos israelenses em Entebbe, Uganda (1976).

A referida teoria foi criada para explicar o êxito tático das Operações Especiais e atesta a validade da manutenção permanente de Forças de Operações Especiais em adestramento contínuo para que possam aprimorar a integração dos princípios que contribuem para seu sucesso.



McRaven (1995) afirma que compreender as Operações Especiais é compreender o paradoxo de como uma tropa com menor efetivo e poder de combate poderia derrotar um oponente mais forte. Afirma ainda que as Forças de Operações Especiais, ainda que estejam em efetivos menores, derrotam as tropas convencionais pois utilizam o conceito de Superioridade Relativa, baseada nos princípios já estudados, destacando-se o da Surpresa. Assim, a Teoria das Operações Especiais pretende explicar como isso acontece e como ao aplicar tais princípios é possível reduzir o que Clausewitz<sup>10</sup> denominou de fricção da guerra<sup>11</sup> a níveis administráveis. É exatamente a redução desses níveis que proporciona às Forças de Operações Especiais a possibilidade de atingirem a Superioridade Relativa.

Segue McRaven (1995) dizendo que da Superioridade Relativa pode resultar uma força atacante, normalmente menor, obtendo uma vantagem decisiva contra uma força adversa geralmente com maior poder de combate. Para isso, são considerados os seis princípios abordados na sessão anterior. O mesmo autor afirma que quando algum princípio não é apropriadamente dimensionado, há algum grau de falha na missão.

Surge então uma pergunta comum quando esse conceito é apresentado: forças com grande efetivo poderiam valer-se da Superioridade Relativa e aumentar seu Poder de Combate? A Teoria diz que não, pois a Superioridade Relativa é pertencente aos pequenos efetivos que logram êxito em integrar os princípios das OpEsp, por meio de intenso treinamento em equipe e preparo, o que seria mais complicado para grandes efetivos, que encontrariam dificuldades para gerar uma sinergia minimamente eficaz entre todos os princípios. Cabe ainda frisar que em caso de missões que requeiram manutenção de objetivos, as Forças de Operações Especiais não seriam as mais vocacionadas, pois uma vez que sua vantagem está na Superioridade Relativa e não é possível mantê-la por um tempo prolongado, haveria uma grande

---

<sup>10</sup> (1780-1831) Foi um general do Reino da Prússia que é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra chamada Da Guerra.

<sup>11</sup> A fricção e a névoa da guerra são conceitos clausewitzianos que, de maneira ampla, representam os óbices e as incertezas nos conflitos.

probabilidade de não êxito na sustentação dessa posição, o que poderia levar ao insucesso de toda a campanha (MCRAVEN, 1995).

### 3.4 Emprego real das Forças de Operações Especiais

Afirma Shelton (1997) que as Forças de Operações Especiais, por suas comprovadas capacidades que levaram a êxitos na promoção da manutenção da estabilidade em locais anárquicos e violentos, de alto risco e sensibilidades políticas elevadas, têm sido cada vez mais solicitadas a tomarem lugar nas operações de não guerra.

Com relação especificamente às Operações de Evacuação de Não Combatentes, o mesmo autor afirma que as FOpEsp, embora possuam em seu rol de atividades rotineiras o combate ao terrorismo, o resgate de reféns e a guerra de informação, são idealmente apropriadas para as operações de não guerra por seu uso discreto, porém efetivo da força ou persuasão não letal.

As Forças de Operações Especiais, que podem já estar desdobradas e sendo apoiadas por bases no interior da Área de Operações ou em sua proximidade, teriam papel relevante no monitoramento da situação no país hospedeiro, que pode rapidamente evoluir de permissivo para hostil. Para isso, operariam permeados na população (FRANÇA, 2009).

Como exemplos da participação de FOpEsp em Operações de Evacuação de Não Combatentes, segundo Silva (2013), no que tange às FOpEsp dos Estados Unidos da América, tivemos os *Navy SEAL*<sup>12</sup> e os *US Air Force Special Operations*<sup>13</sup> participando da OpENC na

---

<sup>12</sup> Tropa de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos da América, seu nome deriva de sua capacidade de operar no mar (SEa), no ar (Air) e em terra (Land), formando a sigla SEAL.

<sup>13</sup> Tropa de Operações Especiais da Força Aérea dos Estados Unidos da América que executa operações voltadas para os ambientes aéreo, espacial e ciberespacial. São capazes de, entre outras ações, realizar resgates em regiões hostis.

Libéria, Operação *Sharp Edge*, em 1990; e a *Force Recon*<sup>14</sup> e novamente os *Navy SEAL* na Somália em 1991, Operação *Eastern Exit*; em 1994 o 15º *Marine Expeditionary Unit (MEU)*<sup>15</sup> do *Special Operations Command*<sup>16</sup> executou em Ruanda a *Support Hope*, o 26º a *Silver Wake* na Albânia em 1997 e o 24º com os *US Air Force Special Operations* operaram na OpENC no Líbano em 2006.

Em congruência com a delimitação do trabalho, de foco no entorno estratégico, serão apresentados abaixo alguns exemplos de como as FOpEsp atuaram em algumas operações.

#### 3.4.1 Serra Leoa, 1997

Tendo como base o atestado pelo Major Francis Beaudette, do Exército dos Estados Unidos da América, o cenário político-social do continente africano continuará sendo uma região de risco aos cidadãos estadunidenses. Nesse contexto, os Destacamentos de Forças de Operações Especiais já desdobrados no terreno são idealmente preparadas para apoiar as Forças-Tarefa na execução das Operações de Evacuação de Não Combatentes, como ocorrida em Serra Leoa, na Operação *Nobel Obelisk* (BEAUDETTE, 2001).

Em 1996 Serra Leoa organizou seu primeiro processo democrático multipartidário em quase 30 anos. Tais eleições presidenciais e parlamentares levaram ao país um raro momento de esperança. Entretanto as mortes ocorridas no dia da eleição revelaram a tensão intensa que duraria cinco anos. As Forças de Operações Especiais já desdobradas no terreno realizaram o reconhecimento dos locais planejados para a OpENC, dos locais de pouso de

---

<sup>14</sup> Tropa de Operações Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América que realiza reconhecimentos e ações diretas.

<sup>15</sup> Tropa expedicionária de emprego rápido já embarcada e pronta para resposta imediata a crises, seja por desastres naturais ou conflitos armados.

<sup>16</sup> Comando Conjunto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América que congrega as Forças de Operações Especiais da Marinha, do Exército, da Força Aérea e do Corpo de Fuzileiros Navais.

helicópteros e estabeleceram contato de coordenação com tropas de outros países, como os nigerianos (BEAUDETTE, 2001).

#### 3.4.2 Congo, 1997

Uma outra Operação de Evacuação de Não Combatentes com participação decisiva de Forças de Operações Especiais foi a *Firm Response*, no Congo em 1997. Como afirma Beaudette (2001), o processo democrático no Congo saiu de seu eixo em 1997. Com as eleições presidenciais, as tensões entre o então presidente e seu antecessor aumentaram significativamente. O conflito entre as forças governamentais e a milícia do antigo presidente durou quatro meses e danificou a maior parte da capital Brazzaville.

Essa contenda levou os Estados Unidos da América a empregarem uma equipe de assessoramento, reforçar a embaixada e iniciar os preparativos para uma OpENC. As equipes conduziram reconhecimento de itinerários em coordenação com tropas francesas, deram suporte às comunicações e orientaram os funcionários da embaixada para a evacuação. As FOpEsp estadunidenses garantiram a evacuação de sessenta e nove cidadãos. A *Operação Firm Response* mostrou que as FOpEsp trazem a capacidade de planejamento rápido e adequação da própria força, além de capacidades múltiplas para operação em diferentes ambientes de ar, terra e mar; e destreza na operação em ambientes voláteis (GLOBAL, 2019).

A França lançou a Operação *Pelican* para evacuar os franceses do Congo. Suas FOpEsp em conjunto com a Legião Estrangeira, controlaram o aeroporto e o itinerário entre esse e a embaixada. (BEAUDETTE, 2001)

#### 3.4.3 Guiné-Bissau, 1998

Em consequência da fragilidade estatal, o que impunha à população condições de vida precárias e a submissão do país à interesses de outros Estados, a Guiné-Bissau passou por diversos conflitos internos. Conflitos estes que não foram limitados às partes opositoras, atingindo severamente seu povo e todos os que lá estavam, principalmente os cidadãos de Portugal, que eram uma quantidade grande na ocasião. Assim, o governo de Portugal iniciou medidas para proteger seus nacionais afetando o mínimo possível as relações diplomáticas entre os dois Estados, consideradas boas na época. Assim, foi determinado ao Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas de Portugal que planejasse uma Operação de Evacuação de Não Combatentes em apoio à evacuação dos portugueses, e de demais pessoas de interesse de seu governo, de Guiné-Bissau. A Operação Crocodilo contou com a participação cooperativa dos governos de Guiné-Bissau e Cabo Verde (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Ainda segundo Rodrigues e Santos (2007), foi ativada uma Força Conjunta, que iniciou seus trabalhos com uma série de informações deficientes. O que foi mitigado com a cooperação de aliados militares (Estados Unidos da América e França). A composição de tal força, no que diz respeito às tropas de Operações Especiais, apresentava um Destacamento de Ações Especiais dos Fuzileiros Navais (DAE) e um Destacamento de Mergulhadores Sapadores. Os Fuzileiros Navais estavam diretamente subordinados ao Comandante da Força e realizaram ações não convencionais, como atiradores embarcados em aeronaves de asa rotativa. Já os Mergulhadores estavam prontos a prestar apoio aos navios em desativação de artefatos explosivos e trabalhos de demolição subaquática.

#### 3.4.4 Costa do Marfim, 2004

De acordo com Piñon (2011), em 2002, rebeldes das *Forces Nouvelles*, grupo armado não marfinense, atacaram ao mesmo tempo várias cidades do país em decorrência de políticas opressoras do governo, o que deu início a uma guerra civil de cerca de cinco anos de duração com muitas vítimas entre os não combatentes. Essa contenda teve como atores principais o exército oficial da Costa do Marfim, os grupos armados paramilitares e a Força-Tarefa francesa *Force Licorne*, que tinha como tarefa garantir a segurança dos cidadãos franceses. Havia ainda tropas da ONUCI, missão de paz da ONU no país que substituiu as forças da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e mercenários patrocinados pelo Presidente Laurent Gbagbo.

Em 2004, uma Operação de Evacuação de Não Combatente foi conduzida pela França na Costa do Marfim, na ocasião, mais de dez mil não combatentes de diversos países foram retirados do país hospedeiro. Devido à situação de violência e confinamento de alguns não combatentes que seriam evacuados, houve aproximadamente mil e quinhentos resgates, com o emprego de tropas dos Fuzileiros Navais e Forças de Operações Especiais, que estavam desdobradas na capital do país e em outros países próximos, em ações diretas (FRANÇA, 2009).

Além dos dois DOFEsp franceses, que tinham por tarefas a segurança da embaixada e o assessoramento ao presidente marfinense, havia tropas de FOpEsp da Alemanha, Itália, Estados Unidos da América e Brasil (SILVA, 2013).

O Brasil empregou um Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp) do Exército Brasileiro (EB), que teve como tarefas o provimento de segurança para as instalações da embaixada brasileira e os diplomatas, e a confecção de planos para a evacuação dos não combatentes.

A partir dos exemplos reais apresentados, é possível o entendimento de que a grande contribuição diferencial das FOpEsp para o êxito das missões, no que tange aos princípios de guerra clássicos é a Economia de Meios. Pois pequenos efetivos, que mobilizam menos recursos

e meios, pela Superioridade Relativa, conseguem suplantar algumas tarefas que demandariam grandes efetivos convencionais.

É nesse sentido de apontar as oportunidades de contribuição das FOpEsp, a partir da sobreposição das teorias colocadas nos dois capítulos teóricos expostos, que serão apresentadas as interseções entre as doutrinas de OpEsp e OpENC no capítulo a seguir.

#### 4. SOBREPOSIÇÃO DAS TEORIAS

O presente capítulo propõe a realização de uma análise comparativa, levando-se em conta os dois capítulos anteriores, de forma a integrar os pontos em que haja convergência entre as Operações de Evacuação de Não Combatentes e as Operações Especiais para que seja possível o entendimento de como as Forças de Operações Especiais podem ter seu rendimento maximizado nas OpENC.

De início, cabe um o comentário sobre o emprego das Forças de Operações Especiais em operações de não guerra, destacando sua capacidade de atuação em atividades com uso limitado da força.

Engajamentos em tempos de paz empregam forças militares, mas não força militar. As Forças de Operações Especiais são especialmente apropriadas, pois detêm a agressividade controlada, enquanto as forças convencionais praticam a retaliação militar. (COLLINS, 1994, p. 99, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Na mesma linha de raciocínio, como já explicitado no capítulo anterior, é importante considerar o desenho dos cenários da atualidade no que diz respeito às ameaças. Tratam-se de cenários que apresentam características de crises e conflitos intranacionais e internacionais, em diferentes graus de intensidade e gravidade; cenários com as presenças de atores estatais e não estatais; com uma participação mais influente da opinião pública; desavenças étnico-religiosas; influência grande da mídia; poder de barganha de organismos internacionais e organizações não governamentais (ONG); uso de meios de tecnologia da informação em constante modernização e até mesmo transmissões dos conflitos em tempo real e de alcance mundial.

---

<sup>17</sup> *"Peacetime engagements employ military forces, but no military force. Special Operations Forces are especially well suited, because they deter aggression primarily through good deeds, whereas conventional forces promise military retaliation."* (COLLINS, 1994, Special Operations Forces: an assessment)



Assim, levando-se em conta o exposto acima, pode-se prever que o cenário futuro que se desenha atualmente conta com um ambiente operacional bastante diversificado e inclinado à execução de Operações Especiais e ao emprego de Forças de Operações Especiais, principalmente no que diz respeito à situação de não guerra, como no caso das Operações de Evacuação de Não Combatentes, em que há uma simultaneidade de diferentes intensidades de crise ou conflito e riscos e ameaças difusas, que cada vez mais apresentam táticas e técnicas de combates irregulares.

Os ambientes operacionais nos quais as Operações Especiais são geralmente executadas são irregulares e assimétricos, e suas ações estão ligadas em muitos casos aos níveis político e estratégico. Assim, em um cenário de não guerra e que pode variar de incerto a hostil em um curto intervalo de tempo, situação de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes, o emprego das Forças de Operações Especiais é uma escolha que traz a capacidade de adaptação rápida a essa transformação de um grau de ameaça menor para um maior. As FOpEsp, por muitas vezes cumprirem missões relacionadas aos níveis mais elevados de condução dos conflitos e apresentam familiaridade no trato de questões desse nível.

Por suas características já citadas no capítulo anterior, no caso das OpENC, o emprego ótimo das FOpEsp estará associado diretamente às tarefas para as quais são vocacionadas, já listadas no trabalho, desde que desdobradas no país hospedeiro com antecedência suficiente, como por exemplo em um Grupo Avançado infiltrado logo quando da decisão pela operação ou mesmo no momento de percepção de agravamento da crise no país hospedeiro. Essa antecedência daria às FOpEsp condições de realizarem ações específicas e pontuais em benefício da operação, como reconhecimentos, análise de risco e acompanhamento da estabilidade do cenário, coleta de dados, estabelecimento de ligações com organismos e agências, entre outros. Esse desdobramento antecipado, além do já comentado, permitiria um monitoramento cerrado do cenário corrente e a verificação, já no terreno, da pertinência dos

planos já confeccionados, como o Plano de Emergência de Embaixada, e o ajuste dos planos da OpENC em andamento, o que contribuiria para a redução dos riscos e efeitos colaterais, além disso, tais ações acrescentariam sobremaneira para a manutenção da Consciência Situacional pelo nível político.

Face ao exposto acima, constata-se que devido às mudanças rápidas e constantes da estabilidade na Área de Operações, que podem subitamente ocasionar a mudança de um ambiente permissivo para hostil, a Forças de Operações Especiais, por sua versatilidade e flexibilidade, seriam capazes de acompanhar essas mudanças e realizar ajustes rápidos em suas organizações, conforme visto no capítulo anterior. Essa capacidade de redimensionamento de postura, teria também impacto direto no uso da força, realizando-o de forma seletiva, graduando-o pontualmente pelo nível da ameaça, o que contribui para a redução da possibilidade de danos colaterais.

É importante também destacar que ações das FOpEsp em um contexto de OpENC devem ser dos tipos: ações indiretas e reconhecimento, uma vez que antes do início da evacuação, a realização de ações diretas poderia configurar interferência de um Estado em outro Estado soberano, contribuindo para o acirramento da crise e não para sua dissolução, salvo com autorização do país hospedeiro ou para cumprir mandato da Organização das Nações Unidas. Entretanto, as ações diretas pontuais podem ser necessárias já durante a OpENC, conforme já citado no capítulo anterior, para ações de resgate, destruição ou neutralização de objetivos, engajamento com forças adversas e outras demandas comuns a ambientes hostis ou incertos.

No que diz respeito ao reconhecimento especializado por Forças de Operações Especiais, esse pode ser constituído de vigilância, monitoramento de ameaças, pontos e eixos, e avaliação do ambiente operacional incerto ou hostil da respectiva operação. Essas ações podem ser realizadas para obtenção de dados e atualização da consciência situacional para auxiliar no processo decisório político de implementação da operação e na confecção dos

planos dos diferentes níveis de decisão (estratégico, operacional e tático). Pode também confirmar informações ou identificar novos locais que sirvam de atracadouro, pistas de pouso, praias de desembarque e outras facilidades que sirvam para viabilizar a OpENC.

Um aspecto importante a respeito do reconhecimento citado anteriormente é o tempo disponível para sua realização. Assim, o quanto antes as Forças de Operações Especiais forem desdobradas, mais proveitoso será o reconhecimento. As FOpEsp podem também servir de guias para a Força-Tarefa, levando-a aos diversos pontos de interesse na Área de Operações. Tal ponto é reforçado por Beaudette (2001), ao dizer que a necessidade de antecipação no desdobramento é reduzida no ambiente permissivo pelo fato de a representação diplomática estar operando com suas capacidades funcionais em ritmo normal, o que não aconteceria no ambiente hostil em virtude do nível de risco a todos. Segue dizendo que em Serra Leoa (*Nobel Obelisk*) e no Congo (*Firm Response*), as representações diplomáticas estavam degradadas nas comunicações, o que foi mitigado com a implementação de comunicações táticas pelas FOpEsp. Além disso, a habilidade para operar em diferentes dimensões: ar, mar e terra, aumenta significativamente o espectro de opções para a evacuação.

Em termos de vantagens relacionadas aos princípios clássicos de guerra, as OpEsp valorizam a economia de meios por trabalharem com efetivos menores, a surpresa por efetivos menores atraírem menos atenção, a prontidão por estarem em constante adestramento e alerta e a segurança por terem a capacidade de migração do uso da força para o uso limitado da força, em virtude de seu preparo constante.

Dessa forma, percebe-se que as doutrinas comparadas possuem inúmeros pontos convergentes. A demanda por informações fidedignas sobre a crise e seu monitoramento, fundamentais para uma Operação de Evacuação de Não Combatentes, por permitir a conclusão sobre a permissividade ou não de uma região, resulta em uma oportunidade para o emprego da

Forças de Operações Especiais. Estas, que são capazes de alterar sua postura de defensiva para ofensiva com naturalidade, seriam bastante apropriadas para esse tipo de ambiente operacional.

## 5. CONCLUSÃO

Para o entendimento de como as Forças de Operações Especiais podem contribuir de maneira significativa para o êxito das Operações de Evacuação de Não Combatentes, buscou-se no presente trabalho analisar as doutrinas em prática na Marinha do Brasil para as duas categorias de operações. Além dos manuais utilizados pela MB, foi levada em consideração a teoria desenvolvida por McRaven sobre Operações Especiais.

Para o atingimento dessa meta, o trabalho foi organizado em três capítulos de desenvolvimento. Um capítulo propôs-se a apresentar uma análise geopolítica do entorno estratégico brasileiro, definido na Política de Defesa Nacional, conceitos teóricos sobre as Operações de Evacuação de Não Combatentes e considerações sobre a Projeção Anfíbia. Em seguida, foram estudadas as Operações Especiais como são desenvolvidas na Marinha do Brasil, a Teoria das Operações Especiais e alguns exemplos da atuação das Forças de Operações Especiais em Operações de Evacuação de Não Combatentes reais na África, em países considerados parte do entorno estratégico brasileiro na costa ocidental africana. Finalmente, no terceiro capítulo do desenvolvimento, foram registradas as convergências entre as Operações Especiais e as Operações de Evacuação de Não Combatentes.

Da análise do entorno estratégico do Brasil, no capítulo dois, conclui-se que embora o Estado brasileiro esteja em uma zona de paz e cooperação e relativamente estável na América do Sul, já não se pode dizer o mesmo sobre a costa ocidental africana, região que inclusive já vivenciou diversos casos reais de Operações de Evacuação de Não Combatentes ao longo da história. Além disso, na abordagem dos conceitos sobre tais operações, foi afirmada a vocação do Poder Naval para esse tipo de missão em virtude de suas características, sobretudo mobilidade e permanência, e da possibilidade de emprego do Conjugado Anfíbio.

No terceiro capítulo foram apresentados os aspectos sobre as Operações Especiais, com abordagem de seu emprego na Marinha do Brasil e das capacidades das Forças de Operações Especiais que melhor se enquadram quando da realização de operações de não guerra, em específico as Operações de Evacuação de Não Combatentes. Da Teoria das Operações Especiais, ainda no capítulo três, pode ser depreendido o conceito de Superioridade Relativa, o que possibilita que as FOpEsp, mesmo com menos poder de combate que uma a força adversa, tenha êxito em suas ações. Ao final do capítulo, foram dados exemplos do papel das Forças de Operações Especiais em Operações de Evacuação de Não Combatentes.

No capítulo seguinte, o quarto, foi realizada uma comparação entre as teorias e casos apresentados nos capítulos dois e três, a fim de se obter pontos em comum entre elas e assim mostrar as oportunidades para emprego de Forças de Operações Especiais em Operações de Evacuação de Não Combatentes.

Conclui-se que embora a América do Sul seja uma região estabilizada e de cooperação pacífica, em virtude de sua instabilidade política, a Venezuela figura como possível local de onde seja necessário evacuar pessoas de interesse do Brasil. Além da Venezuela, praticamente toda a costa ocidental da africana apresenta instabilidade. O que é um bom indicador para que as representações diplomáticas brasileiras confeccionem seus planos de emergência e realizem os reconhecimentos necessários.

Uma outra conclusão que pode ser retirada do segundo capítulo é a vocação do Poder Naval para a execução das Operações de Evacuação de Não Combatentes. A existência dos conceitos de Projeção Anfíbia e de Conjugado Anfíbio sinalizam que a Marinha do Brasil está atenta para a necessidade das operações que demandam Projeção de Poder, Tarefa Básica do Poder Naval, mesmo em operações de não guerra e nas atividades de uso limitado da força.

No que tange à participação das Forças de Operações Especiais, fica evidente são capazes de se moldarem à dinâmica da mudança repentina de cenário de risco, quando o

ambiente passa de permissivo a hostil. Suas capacidades de reconhecimento especializado e de se organizarem por tarefas e integrarem comandos conjuntos ou combinados, também são apontadas como vantagens pelo presente estudo. Entretanto, para que sejam vantagens significativas, o desdobramento das tropas deve ser realizado o quanto antes, para que a crise e suas nuances possam ser monitorados e os levantamentos feitos para o caso de recepção de uma força maior empregada na evacuação. Importante também lembrar que o grau de preparo das Forças de Operações Especiais, baseado nos princípios listados de acordo com a Teoria das Operações Especiais, as faz desenvolver uma menor probabilidade de geração de danos colaterais que as tropas convencionais.

Face ao exposto, o trabalho responde à questão formulada: Podem as Forças de Operações Especiais contribuir de maneira significativa para o êxito das Operações de Evacuação de Não Combatentes? A resposta afirmativa a esse questionamento, além de ter sido concluída após a análise das teorias que serviram de base ao estudo, pode ser confirmada pelos casos apresentados de emprego real das Forças de Operações Especiais. O trabalho deixa então à Marinha do Brasil que a coleta de dados, ações de reconhecimento e os planos de emergência, quando realizados desde já, garantem prontidão para o caso de acionamento de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. *Desafios e oportunidades para a defesa no entorno estratégico brasileiro*. 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA. Brasília, DF, 2014.
- ARRUDA, Francisco Andrade. *Projeção Anfíbia como modalidade de Operações Anfíbias. Possibilidades e Limitações relacionadas à Doutrina Básica da Marinha e ao entorno estratégico brasileiro*. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.
- BEAUDETTE, Francis M. *The role of United States Army Special Forces in Operation Nobel Obelisk*. 2001. Tese apresentada ao US Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas, 2001.
- BRASIL. Comando de Operações Navais. *ComOpNav 359: Manual de Operações Especiais*. Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-1-11: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA 305: *Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF, 2017a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-08: *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Número e distribuição de brasileiros no mundo*. 2019. Disponível em: < <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/rede-consular> >. Acesso em: 20 jul. 2019.
- COLLINS, John M. *Special Operations Forces: an assessment*. Washington, DC: National Defense University Press, 1994.
- CONDE, Marcelo. *Uma tendência do emprego do Poder Naval para Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.
- EUA. Central Intelligence Agency. *The World Factbook*. 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- FERREIRA, Renato R. *Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul*. Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, n° 45, Ano XIII, p 9-15, 2014.
- FINDLAY, Michael. *O Comando de Operações Especiais do Comando de Forças Combinadas dos EUA: Integrando FOpEsp nas FT Combinadas*. Military Review. 2º Quadrimestre, 2001.



FRANÇA, Júnia L. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FRANÇA. Ministère de la Defense. Etat-Major des Armees. *PIA 03.351: Doctrine des Opérations D'Évacuation de Ressortissants*. Paris, 2009.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. *Conflitos na África*. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/conflitos-na-africa.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GAVIÃO, Luiz Octávio. *As operações anfíbias no século XXI*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.130, n. 01/03, p. 155-179, jan./mar., 2010.

GLOBAL SECURITY. *Operation Firm Response*. 2012. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/ops/firm-response.htm>. Acesso em: 03 ago. 2019.

GLOBAL SECURITY. *Operation Sharp Edge*. 2012. Disponível em: [https://www.globalsecurity.org/military/ops/sharp\\_edge.htm](https://www.globalsecurity.org/military/ops/sharp_edge.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

GUIMARÃES, Paulo S. T. *Evacuação de Não-Combatentes no Líbano em 2006: Uma Hipótese de Emprego do Poder Naval e seus Reflexos junto à Sociedade*. 2007. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

JONES, Mark. REHOM, Wes. *Forças de Operações Especiais e Integração no Combate Conjunto*. Military Review, 1º Quadrimestre, 2004.

LAGE, Rogério Ramos. *Projeção Anfíbia*. Âncoras e Fuzis, nº 42, Rio de Janeiro, Ano X, p 13-16, 2011.

LAGE, Rogério Ramos. *Elemento Anfíbio em Operações Expedicionárias: possibilidades para a Marinha do Brasil*. Monografia para o Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

MCRAVEN, William H. *Spec Ops: Case Studies in Special Operations Warfare – Theory and Practice*. Nova Iorque, NY: Ballantine Books, 1995.

PARET, Peter. *Understanding War: essay on Clausewitz and the history of military power*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992

PENA, Rodolfo F. Alves. *Estados Falidos*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estados-falidos.htm>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *A nova ordem mundial, o conflito de 4ª geração e as forças de operações especiais do Brasil*. A Defesa Nacional. nº 814, 2º Quadrimestre, 2009.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *Crises e Conflitos no Século XXI: A Evolução das FOpEsp*. Programa de atualização doutrinária, 2012.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *O conflito de 4ª geração e a Evolução da Guerra Irregular*. Coleção Meira Mattos. Revista das Ciências Militares. PADECEME. Rio de Janeiro, nº 16, 3º Quadrimestre, 2007.

PIÑON, Charles Pacheco. *A Operação da ONU na Costa do Marfim*. Âncoras e Fuzis, nº 42, Rio de Janeiro, Ano X, p 41-43, 2011.

RODRIGUES, Alexandre Reis. SANTOS, Américo Silva. *Bissau em chamas*. Lisboa: Casa das Letras, 2007.

SANTOS, Leandro Calábria Ventura dos. *Operação Crocodilo (1998): análise de um caso histórico para contribuição ao Poder Naval brasileiro*. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016.

SHELTON, Henry H. *Forças de Operações Especiais: visão futura*. Military Review, 3º Quadrimestre, 1997.

SILVA, Gian Demário da. *As expressões política e militar na gestão de Operações de Evacuação de Não Combatentes em situação de não guerra*. Monografia para o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

SOUSA, Carlos Augusto de. *O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas de Cooperação da MB*. Palestra ministrada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval em 21 fev. 2014. Rio de Janeiro, 2014.

VISACRO, Alessandro. *Por que Forças Especiais?* Military Review, 2º Quadrimestre, 2001.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: Terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto. 2009.

ZUCCARO, Paulo Martino. SOARES, Jorge Armando Nery. *Evacuação de Não Combatentes, tarefa do conjugado anfíbio*. Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, nº 21, Ano XXII, 2002.